

Ata da 19^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, referente ao 1^o Período da 1^a Sessão Legislativa da 8^a Legislatura, realizada no dia 20 de junho de 2017.

Aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e dezessete, sob a Presidência do Vereador Alexandre Bastos Rodrigues, realizou-se a Décima Nona Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim-ES, referente ao Primeiro Período da Primeira Sessão Legislativa da Oitava Legislatura, com início às quatorze horas e cinco minutos, ocasião em que não foram constatadas ausências. / Na abertura dos trabalhos, a Vereadora Renata Sabra Baião Fiório Nascimento fez a leitura da passagem bíblica. / Logo após, a secretária procedeu a leitura do Expediente da Mesa, que se constou do seguinte: Indicações: 1648/2017 - Wallace Marvila Fernandes; 1649/2017 - Elio Carlos Silva de Miranda; 1650 e 1651/2017 - Alexandre Valdo Maitan; 1652, 1653, 1654, 1655, 1656, 1657 e 1689/2017 – Alexandre Andreza Macedo; 1658, 1659, 1660, 1661, 1662 e 1663/2017 - Sílvio Coelho Neto; 1664, 1665, 1695, 1696, 1697, 1698, 1699, 1700, 1701 e 1702/2017 - Alexandre Bastos Rodrigues; 1666 e 1667/2017 - Diogo Pereira Lube; 1669, 1670, 1671, 1672, 1673, 1683, 1684, 1685, 1686, 1687 e 1688/2017 - Paulo Sérgio de Almeida; 1674, 1675, 1676, 1677, 1678 e 1679/2017 – Dario Silveira Filho; 1680 e 1681/2017 – Higner Mansur; 1682, 1688 e 1703/2017 – Sebastião Gomes; 1690, 1691, 1692, 1693 e 1694/2017 – Delandi Pereira Macedo; 1704/2017 – Ely Escarpini. Requerimentos: 478, 479, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489 e 490/2017 – Sílvio Coelho Neto; 480 e 495/2017 – Sebastião Gomes; 491/2017 - Alexandre Valdo Maitan; 492/2017 - Delandi Pereira Macedo; 493/2017 -Alexon Soares Cipriano; 494/2017 – Allan Albert Lourenço Ferreira. Ofícios: 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679 e 680/2017 - PMCI - Vander de Jesus Maciel - Coordenador Executivo de Relações Políticas. **Projetos de Lei:** 48/2017 - Sílvio Coelho Neto; 49 e 50/2017 – Delandi Pereira Macedo. **Projetos de Decreto Legislativo:** 187/2017 – Renata Sabra Baião Fiório Nascimento; 188 e 189/2017 - Delandi Pereira Macedo; 190, 191 e 192/2017 - Mesa Diretora; 193/2017 - Alexandre Bastos Rodrigues; 194/2017 - Sebastião Gomes. / Alexandre Bastos Rodrigues (Presidente): — Concede a palavra à Sra. Cleite Kelly, que fará uma breve justificativa, pois ela hoje usaria a tribuna, no tempo cedido pelo Vereador Sebastião, para falar sobre o meio ambiente, mas não poderá fazê-lo. / Cleite Kelly Tirello Fernandes Siloti: — Justifica que não poderá fazer o pronunciamento a respeito do "Projeto # São Camilo Reflorestando", conforme estava previsto, devido ao estado de rouquidão em que se encontra e diz que a sua fala será transferida para o dia 04/07. Agradece a oportunidade que lhe foi concedida pelo ex-vereador Lucas e pelo atual Edil Sebastião Gomes. / Na sequência, passou-se ao Pequeno Expediente, quando usaram a tribuna os seguintes Edis: / Delandi Pereira Macedo: — Inicia o seu discurso, discorrendo sobre o projeto, de sua autoria, que dispõe sobre a prestação de assistência religiosa nas entidades hospitalares, públicas ou privadas, e demais casas de saúde, através dos ministros e oficiantes de outros credos. Salienta que esse projeto já existe em níveis nacional e estadual e que, diante da importância dele, é necessário fazer algumas regulamentações, até para assegurar o direito desse tipo de atuação a



todos os ministros de confissão religiosa. Diz que usa a expressão "ministro" para não derivar apenas o pastor, o evangelista, o presbítero de uma religião evangélica, mas também os padres e todos aqueles que pregam a Palavra de Deus e ministram uma oração, uma unção sobre as 2 pessoas. Cita que a presença desses ministros é um alívio para quem se encontra doente e também para os familiares. Segue ressaltando que o horário de visitas já é estabelecido, com limitação à entrada de uma, duas, três ou quatro pessoas, mas aponta que não se pode estender isso ao ministro, ao pastor e ao padre, os quais devem ter liberdade para entrar no hospital em qualquer hora do dia, desde que em conformidade com a família e com o paciente. Destaca ainda que pretende incluir a presença da esposa do ministro para acompanhá-lo nas visitas, porque isso facilita a relação de afetividade no momento pastoral. Encerra o seu pronunciamento, lamentando que haja algumas entidades hospitalares dificultando esse tipo de assistência, inclusive diz que tem recebido muitas reclamações de obreiros, de ministros, de pastores e de lideranças religiosas, que são impedidos de entrarem nesses estabelecimentos de saúde para dar apoio às famílias, sendo preciso até recorrer a instâncias superiores do hospital. / Alexon Soares Cipriano: — Começa o seu discurso, falando sobre o projeto de resolução, de sua autoria, que visa instituir na Câmara Municipal a comissão permanente de mobilidade e acessibilidade. Ressalta que, conforme ouviu na reunião do Conselho Municipal de Pessoas com deficiência, há muito descaso tanto nas edificações particulares quanto nos prédios públicos, não se observando as normas técnicas estabelecidas pela associação brasileira, desrespeitando-se, assim, o que diz a lei federal. Em seguida, classifica de vergonhoso o fato de o poder público fazer obras sem o devido licenciamento e o cumprimento fiel das legislações federal e municipal. Avalia que uma ampla discussão quanto à acessibilidade precisa fazer parte da pauta da Câmara, não só do ponto de vista de locomoção, mas também considerando o acesso aos serviços básicos, ao emprego e à renda para esses cidadãos brasileiros, que têm direitos garantidos pela Carta Magna e pela Lei Orgânica do Município. Finaliza o seu discurso, pedindo o apoio dos colegas para a aprovação desse projeto, que visa realizar audiências públicas e promover essa discussão, contando com a participação dos representantes do COMPEDEF. / Paulo Sérgio de Almeida: — Fala sobre a Rua Nilton Ribeiro Rosa, no Bairro Otton Marin, na qual, devido a uma escavação particular, há constante risco de acidente. Registra a sua preocupação quanto ao fato de dizerem que é preciso procurar o dono do imóvel para fazer o muro de contenção, alegando-se que tal obra não pode ser realizada pela prefeitura. Argumenta, entretanto, que, em seu modo de pensar, a prefeitura precisa sim fazer alguma coisa, inclusive já solicitou providências da Secretaria de Obras para, só depois, responsabilizar o dono do imóvel. Segue dizendo que, quanto à antiga estação, solicitou a continuidade de uma calçada no terminal de ônibus, semelhante àquele trabalho feito na Linha Vermelha, ao lado da Casa das Panelas. Encerra o seu discurso, citando que a referida extensão seria do ponto de ônibus até o lavador, visto que quem estaciona o veículo lá precisa andar pelo meio da rua até chegar à faixa de pedestres. / Sebastião Gomes: — Agradece à Kelly e diz que espera o retorno dela na próxima terça-feira para apresentar na Câmara o importante trabalho realizado quanto ao meio ambiente. Segue agradecendo também a cada vereador pela aprovação do projeto do estacionamento rotativo, o qual será sancionado com vistas a melhorar o trânsito de Cachoeiro. Por fim, diz que o melhor é saber que os recursos arrecadados com esse sistema serão direcionados ao Fundo Municipal de Saúde. / Dario Silveira Filho: — Agradece à Comissão de Saúde da Câmara pela visita à Secretaria de Saúde, da qual é funcionário, e acrescenta que, conforme disse a secretária da referida pasta, as portas de lá estão abertas para receber os vereadores para trabalharem juntos. / Rodrigo Sandi: — Inicia falando de sua felicidade de fazer parte da Câmara e ressalta que os vereadores estão



de fato representando a população cachoeirense. Frisa que ouve muitos elogios quanto à atuação do Legislativo, inclusive no que se refere à decisão tomada pela Mesa Diretora de realizar a sessão solene sem comes e bebes. Finalizando, parabeniza o presidente por essa decisão. / Em seguida, teve início o Grande Expediente, ocasião em que ocuparam a tribuna, por ordem de inscrição, os seguintes Edis: / Antônio Carlos Miranda Doffen (Tempo cedido pelo Vereador Wallace Marvila Fernandes): — Começa a sua fala, salientando que os vereadores devem estar acompanhando pelas mídias, especialmente pelo Facebook, alguns questionamentos de sua parte quanto à venda da Odebrecht Ambiental para o grupo canadense Brockfield – BRK, tratando-se, portanto, de uma empresa privada detentora da concessão do serviço público de Cachoeiro de Itapemirim. Lembra que, em 10/11/2016, o então prefeito Casteglione assinou a anuência prévia da venda da Odebrecht, mas que a mesma se concretizou em 27/10. Assim, conclui que a anuência prévia morreu por ter sido posterior e cita que existe a Lei 8.987/95, a qual, de forma clara e transparente, visa dar o consentimento, a concordância para a concretização do resultado de anuir, de autorizar a venda. Segue dizendo que, desde que a Odebrecht foi envolvida em todo esse escândalo acompanhado pela mídia nacional, vem observando o passo a passo da empresa em Cachoeiro. Deixa claro que não está fazendo nenhum tipo de denúncia, e sim questionamentos, considerando até que denúncia deve ser feita pelo Ministério Público. Frisa que, em cima desses questionamentos, fez um pedido de informação ao gabinete do prefeito, para o qual recebeu ontem a resposta, e acrescenta que essa solicitação também foi encaminhada à própria empresa, e não à BRK, pois não a considera dona dos direitos de explorar os serviços de água e esgoto de Cachoeiro. Justifica essas suas palavras salientando que considera a caducidade desse processo, visto que, se houver a denúncia do Ministério Público e a concordância da Câmara Municipal, os serviços poderão retornar ao Município de Cachoeiro de Itapemirim, conforme a lei acima citada. Registra que enviou tudo isso à procuradoria do Município, ao gabinete do Poder Executivo, à Agersa e também à Odebrecht, tendo recebido, até o momento, apenas a resposta do gabinete, a qual inclusive já esperava por saber que não há nenhum documento quanto a isso nos anais da prefeitura. Salienta que, pela resposta, o processo referente ao assunto em tela foi encaminhado à douta Procuradoria Geral do Município para análise e manifestação e que, posteriori, por competência, de igual forma, o mesmo será encaminhado à Agersa. Menciona que o entendimento do prefeito aponta para a necessidade de enviar isso à Agersa, agência essa considerada competente, mas ignorada pelo governo passado, assim como também aconteceu com relação aos vereadores quando da venda da Odebrecht. Enfatiza que, como jornalista, vive de notícia e, por não ter ficado satisfeito com as informações que tinha, decidiu ir para o interior de São Paulo buscar outro entendimento, tendo se deparado com a Prefeitura de Porto Ferreira, cujo prefeito declarou o seguinte: "Tendo em vista o disposto no presente processo, em especial a manifestação da agência reguladora dos serviços públicos, e prevalecendo o fato de que, apesar de provocada, a concessionária efetivamente não enviou documentação a este poder concedente que comprove que o novo grupo de controle acionário atende plenamente à exigência de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade fiscal, de acordo com os requisitos do edital, fica prejudicado o requerimento de solicitação de anuência para implementação de reorganização societária, com alteração de controle acionário". Continua a sua fala, registrando que, em Cachoeiro, o prefeito da época, em documento protocolado em 10/11/2016, diz o seguinte: "Considerando que deverão ser observados o contrato de concessão e o seu regulamento, bem como os aditamentos assinados no que tange aos indicadores de qualidade, expansão de rede, índice de eficiência, etc., o Município de Cachoeiro de Itapemirim, na qualidade de poder concedente, concede a anuência prévia solicitada para a



implementação de reorganização societária, de alteração de controle acionário, conforme informada na correspondência AN 0030/2016, em referência". Prossegue, indagando onde está esse documento e diz que, além dos órgãos já citados, essa pergunta também foi encaminhada ao Ministério Público. Acrescenta que amanhã irá à Polícia Federal e à Procuradoria Geral da República para entregar essa documentação e questionar a forma como esse negócio está sendo feito. Salienta que possui outras denúncias, mas que prefere ir por capítulo, inclusive ressalta que pretende dar conhecimento aos vereadores de todos os seus passos quanto ao que vai pedir de informação. Repete que busca informações, pois a denúncia cabe ao Ministério Público, e acrescenta que, posteriormente, a Câmara, se assim entender, poderá abrir uma comissão de inquérito para apurar essa venda. Frisa que o seu desejo é que esse documento apareça, porque não estão lidando com botequim de banana, embora deixe claro que tem muito respeito pelos proprietários desse tipo de comércio. Destaca que esse processo muito o preocupa, sendo frequentemente cobrado em suas redes sociais para que comece essa apuração lá de trás, desde o SAAE, em 1998. Segue esclarecendo que, no citado ano, o então prefeito Ferraço, ao passar a concessão do SAAE para a Citágua, o fez por um prazo de trinta anos; portanto, a expiração seria em 2028, e que aí o Município estaria a dez anos de reassumir o serviço de água e esgoto. Enfatiza que, se isso é bom ou ruim, não é o que está em questão e que já no governo de Roberto Valadão se assinou o sétimo termo de aditamento do contrato de concessão, com extensão desse prazo até 2016. Cita que, em 19/08/2008, o controle acionário da empresa foi transferido aos acionistas da Viação Águia Branca e Cepemar Administração e Participação para a Foz do Brasil, havendo a mudança de nome de Citágua para Foz do Brasil, mantendo-se os mesmos donos. Ressalta que essa transação sim recebeu a anuência da agência municipal reguladora e também do BNDES, parte interessada na época, como financiadora do processo. Discorrendo sobre o processo, aponta que, em 31/12/2008, após a realização de assembleia ordinária entre os acionistas, a razão social da Águia Branca foi modificada para Foz do Brasil e que, em 29/12/2011, já no governo do PT, a prefeitura assinou com a empresa um novo aditamento de contrato de concessão, época em que já era a Odebrecht. Lembra que o prazo de duração desse novo aditivo de contrato passou para 2048, ou seja, o serviço de água e esgoto de Cachoeiro pertence à Odebrecht até essa data. Alerta que, quanto maior é o tempo de concessão, maior também é o seu valor de mercado. Frisa que, diante disso tudo, não lhe restou alternativa que não fosse usar as redes sociais e manter contato com colegas jornalistas de São Paulo para que eles o municiassem de informações e viu que, sem pestanejar, o Município de Porto Ferreira tem um contrato claro onde diz que a transferência acionária da empresa só poderá ser feita com a aprovação da prefeitura; além disso, o Tribunal de Contas publicou acordo julgando irregular a concorrência e o contrato com a Odebrecht Ambiental por aí afora. Acrescenta que a Câmara tem um papel fundamental na busca da verdade, da informação e da transparência, porque o seu, enquanto jornalista, é limitado, considerando que certas coisas só podem ser levantadas pelas autoridades. Cita que vê muita boa vontade por parte da atual administração, da procuradoria e da Agersa em municioná-lo com as informações. Faz a leitura do seguinte documento: "Por ser tratar de concessão de serviço público delegado, é necessário instaurar um processo administrativo para garantir que haja legitimidade total na transparência do controle acionário". Destaca que isso não foi feito e se o foi está na casa de alguém. Ressalta que é preciso atender, nesses processos de concessão de serviço, a transparência que possibilite a outros interessados a manifestação e a eventual apresentação de propostas asseguradas pela ampla publicidade e igualdade no procedimento, de maneira a que a concessão seja transferida para quem apresentar a melhor proposta, o que, segundo ele, também não foi feito. Analisa que a Lei 8.987 está sendo ignorada e que todas essas denúncias



apresentadas por ele se encontram no Facebook, tendo respeitado os cinco dias necessários para não ser questionado. Segue discorrendo sobre essa situação da BRK, frisando que ela é no mínimo suspeita e carece de investigação para saber por que a Odebrecht se calou. Conclui que, 5 se é no mínimo suspeita, pode levar à decrepitude da concessão ou ao seu enfraquecimento, fazendo com que a prefeitura assuma novamente o serviço de saneamento, conforme estabelecido na lei. Deixa claro que não é o jornalista especulando, jogando conversa fora, pois todas as suas palavras estão baseadas em lei. Prossegue colocando-se à disposição para, além do que está postado em seu Facebook, ceder aos vereadores a documentação que se encontra em seu poder. Finaliza agradecendo aos Vereadores Wallace, Brás e ao presidente pela oportunidade de se pronunciar. / Alexandre Bastos Rodrigues (Presidente): — Agradece ao jornalista pela presença e pelas importantes informações repassadas à Câmara. / Delandi Pereira Macedo: — Parabeniza o jornalista Toninho Carlos, destacando que as informações trazidas por ele são importantes. Acrescenta que pensa como o jornalista, pois o processo tem que de fato passar pelas vias legais e, se isso não ocorreu, necessita ser revisto. Frisa que, se assim for, no que depender da Câmara, os vereadores farão o processo necessário para dar transparência a esse imbróglio criado na concessão desse importante instrumento público de Cachoeiro. Destaca que o serviço de água e esgoto do Município não é de propriedade da Odebrecht nem da BRK e que tudo o que se produz dentro da empresa concessionária é do Município. Explica que, dentro do prazo previsto pela concessão, eles podem fazer a exploração do serviço, sendo o patrimônio do Município e que, se necessário for, não se pode arredar o pé quanto a abrir uma comissão especial de inquérito, com vistas ao esclarecimento das dúvidas que o próprio Toninho levantou quanto a esse problema. Segue relembrando que se avizinha a audiência sobre a saúde pública e os hospitais de Cachoeiro, já com a presença confirmada de várias autoridades. Cita que, quando o problema de saúde bate na porta, é que se pode entender a dificuldade que há para esse tipo de atendimento no país. Registra que foram convidadas autoridades federais e estaduais, prefeitos, secretários de Saúde do Sul do Estado e vereadores, segundo o entendimento de que os hospitais de Cachoeiro são referências para todos os Municípios dessa região, que aqui buscam socorro médico. Continua o seu pronunciamento, falando sobre o seu projeto de lei referente à afixação nas boates e casas noturnas congêneres de cartazes alertando os frequentadores dos riscos decorrentes do uso de drogas. Enfatiza que, em relação às drogas, parece que todo mundo está tentando entender, se adaptar e, infelizmente, nota-se que isso está ficando normal, natural, com pessoas fazendo uso na porta das escolas e das casas, como se estivessem fumando um cigarro, que é droga também, mas lícita. Esclarece que as drogas são substâncias químicas, naturais ou sintéticas, que provocam alterações psíquicas e físicas em quem as consomem, levando à dependência física e psicológica. Registra que quem faz uso de droga torna-se uma pessoa depressora, perturbada e perturbadora, causando um prejuízo enorme à sociedade. Recorda que há tempos houve uma festa, uma reunião de diversos adolescentes no Caçadores Clube, fazendo uso de entorpecentes e que isso tem parecido até normal, com os pais tentando se adaptar ao convívio com os filhos dentro de casa. Alerta que não se pode fechar os olhos para essa situação, destacando que o seu projeto visa exatamente contribuir para que a informação chegue onde o comércio de entorpecentes está sendo efetuado. Frisa que é importante saber que o uso de entorpecente faz mal, evitando que se torne algo corriqueiro sem que as pessoas tenham pelo menos um sinal de alerta. Quanto ao secretário de Agricultura, lembra que uma das máquinas grandes está em processo de revisão e que estão precisando dela para a liberação do saibro, com vistas as atender o interior e também dentro da cidade para melhorar a qualidade das estradas. Fala sobre a reivindicação que fez à Secretaria de Obras, desde o mês de fevereiro, quanto às



intransitáveis estradas do Bairro Rubem Braga, frisando que esse serviço requer saibro e também a máquina que está emperrada, sem que a revisão aconteça. Deixa claro que está fazendo esse registro, porque muitas vezes as pessoas acham que os vereadores não tomam ' iniciativa, quando, na verdade, eles cobram sim, mas uma coisa emperra e dificulta a outra. Cita que, passando pelo Bairro Rubem Braga, foi cobrado por um morador, lembrando-o de que há sessenta dias havia prometido pedir o saibro. Deduz que, dessa forma, o vereador fica como tratante, aquele que promete e não cumpre. Explica que o seu intuito de chamar a atenção das secretarias para que elas saiam da burocracia e façam as coisas funcionar, de maneira a que a população seja atendida. Parabeniza os membros da Comissão de Saúde da Casa, ressaltando que tiveram um importante encontro com a secretária municipal de Saúde, que propiciou o esclarecimento de dúvidas, mostrando-se os pontos fracos desse instrumento de atenção à sociedade. Cita que viu na figura da Secretária Luciara um grande empenho junto a sua equipe para atender a população da forma que ela merece e precisa. Aponta que é óbvia a existência de várias dificuldades na área de saúde, investimentos a serem feitos, recursos insuficientes e burocracia que emperra. Segue lembrando que muitos vereadores reclamaram que, no início da gestão, estavam faltando nas unidades básicas de saúde materiais de insumo, como papel higiênico e seringa. Diz que isso se deu, porque todos esses materiais constavam no registro da secretaria, que, dessa forma, não julgou necessária a compra dos mesmos; contudo, na conferência do almoxarifado, não se achou nada. Analisa que o ocorrido foi por conta de o material ser utilizado sem que fosse dada baixa. Aponta que, a princípio, enxerga isso como desorganização da gestão anterior; porém, caso algo mais seja levantado, se compromete a trazer ao conhecimento da Câmara. Indaga como pode, numa secretaria importante como é a de Saúde, que atende a duzentas e dez mil pessoas, haver um descontrole entre o que se gasta e o que há no estoque. Menciona que, até que fosse realizada a licitação e a compra, faltaram esses materiais para o atendimento, situação essa que considera inadmissível no setor público, especialmente na área de saúde. Finaliza registrando a importância de os vereadores tomarem ciência desses fatos para não serem pegos de surpresa, já que precisam dar a resposta à população no tempo certo e na hora certa. / Allan Albert Lourenco Ferreira: — Pegando um gancho na fala do Toninho Carlos, lembra que, na semana passada, já havia falado dessa passagem de concessão da Odebrecht para a BRK, feita de forma pouco transparente, às escondidas. Cita que algo tão relevante como é isso tinha que ser discutido e que o atual presidente da agência reguladora deveria ter procurado as informações e trazido para a Câmara. Segue destacando que a usina hidrelétrica foi feita lá à moda vão se embora, sem nenhuma discussão, como se Cachoeiro fosse uma cidade do interior, sem cabeças pensantes. Frisa que a usina foi inserida no rio, ninguém reclamou nem quis saber qual a produção de energia e qual a contrapartida para a população. Conclui que muita coisa precisa ser revista e reitera a sua disposição de cobrar os esclarecimentos junto com os colegas vereadores. Menciona que sofre cobranças quanto a essa venda de 1 bilhão de reais sem que ninguém saiba lhe dizer qual a contrapartida trazida para a população, sendo que, agora, ainda acabou de descobrir que sequer há documentos dessa transação, favorecendo uma empresa do exterior, da mesma forma que ocorre com a energia elétrica do Município, explorada por portugueses. Segue concordando com a fala do Vereador Delandi e aponta que a população pede saibro para acertar alguma estrada ou rua, e a conversa é que o Município tem o material, mas não a máquina para retirá-lo. Cita que, segundo fala do Subsecretário Moisés Tubarão, a máquina estaria emprestada para a Secretaria de Agricultura, e que, passados trinta dias, ela não chegou. Destaca que isso faz parecer que o vereador está inerte, prepara as indicações, mas as coisas ficam apenas no papel, com muito pouco sendo feito. Deixa claro ter consciência do excesso de burocracia, além de



que as máquinas foram entregues a essa administração em péssimas condições. Pontua que o prefeito deveria ter esclarecido essa situação e registra que ele, Allan, esteve na secretaria e viu as máquinas sem pneus e sem motor e caminhões cujas peças foram retiradas de um para montar outro, enfim, um estado deplorável. Conclui que isso tudo deveria ser exposto na praça para que o povo visse a situação. Enfatiza que, passados seis meses, a atual administração está apenas consertando máquinas e que logo quebra outra, sem contar que não há pneus. Registra que a Secretaria de Interior tem apenas uma máquina, que ainda é emprestada. Segue frisando que pediu um braço de luz para o ponto de ônibus do Bairro São Francisco, perto do antigo Paulinho Lanches, e, após conseguir isso, ficou faltando o reator, sendo que tudo complica para que o vereador possa mostrar o seu trabalho. Salienta que, apesar de não ser esse o papel do vereador, a população cobra dele enquanto representante, e ele, ao ser abordado, leva aos secretários pedidos simples e não vê o atendimento. Explica que, por enquanto, as suas palavras não são críticas, e sim observações, já que o tempo está passando, e o povo precisa saber o motivo pelo qual seus representantes não estão conseguindo solucionar as coisas. Atesta que, até o presente momento, a Secretaria de Serviços Urbanos está fazendo um bom trabalho na limpeza da cidade, sendo a que mais está atuando. Diz que ainda não conhece alguns secretários novos, pois não fizeram a apresentação necessária para os vereadores. Segue acrescentando que nunca viu o responsável pela pasta de Transporte, mas, segundo lhe disseram, o mesmo teria declarado que não está na secretaria para atender pedido de vereador. Ressalta que nunca pediu nada ao mesmo e que, quando o fizer, será para a população, para o coletivo. Frisa que essas são observações que, enquanto vereadores, seja da situação ou oposição, precisam registrar para fazerem o seu papel. / Aparteando Brás Zagotto: — Cita que não crê que o secretário de Transporte deixará de atender o vereador, pois, se o cargo dele é político, por indicação do prefeito, não pode deixar de dar atenção à Câmara. Afirma que, se ele não o atender, não sairá de sua porta. / Allan Albert Lourenço Ferreira: — Concorda com o colega e acrescenta que os vereadores não vão até lá pedir nada para eles. / Aparteando Brás Zagotto: — Reafirma que não é assim nem deve ser. Lembra que, no governo passado, com o dinheiro arrecadado da taxa de iluminação pública, compravam lâmpadas, reatores e fotocélula. Diz acreditar que eles devem estar fazendo uma licitação naquela secretaria, agregada à SEMSUR, para a compra desse material, até porque a cobrança é grande, o negócio está feio e requer uma solução rápida. / Allan Albert Lourenço Ferreira: — Confirma que é exatamente isso o que espera, porque, embora possam estar falando de forma calma, chega uma hora em que as pessoas não querem mais aguardar. Repete que lhe foi passada a informação quanto a estarem licitando esse material referente à lâmpada que se faz urgente diante dos assaltos que estão ocorrendo naquele ponto perto do Paulinho Lanches, pedido esse feito há bastante tempo, formal e informalmente. Segue destacando que, se de fato o secretário de Transporte disse isso, foi muito infeliz, porque no meio público é preciso haver o atendimento, e os representantes devem tratar bem as pessoas, merecendo delas o mesmo tratamento. Finaliza dizendo que quer ouvir do próprio secretário a afirmação de que ele não vai atender vereador, já que, por enquanto, esse atendimento tem sido feito através das lideranças. / Alexon Soares Cipriano: — Inicia registrando que visitou a comunidade de Pacotuba, a qual está precisando de uma grande assistência do poder público. Frisa que aquele é um distrito importante, um dos mais antigos de Cachoeiro, mas que está com as vias cheias de buraco, com calçamento afundando e uma série de outros problemas. Antecipa que já está preparando as indicações para serem lidas na Casa na semana que vem, com todas as reivindicações que lhe foram apresentadas, inclusive a arborização. Quanto à municipalização da Escola Estadual de Ensino Fundamental de Coutinho, lembra que há algum tempo disse que o Município receberá uma jaca, um prédio



totalmente danificado, precisando de grandes investimentos, de maneira a poder ser transformado num local adequado para que os noventa e três estudantes lá matriculados estudem com dignidade. Cita que, se o Município não procedesse dessa forma, a escola seria fechada pelo governador do Estado, que pretendia colocar os alunos num ônibus e enviá-los para estudar a doze quilômetros de suas famílias, no Colégio Petronilha Vidigal, no vizinho Distrito de Itaoca. Apesar de entender o prejuízo que será assumir esse prédio na situação citada, parabeniza a Secretária Cristina Lens por evitar que as crianças estudem tão longe de suas famílias. Frisa que tem acompanhado todo o processo de municipalização e pretende cobrar a reforma para que de fato seja oferecida uma escola adequada àqueles alunos. Segue discorrendo sobre a Rede Cuidar, recordando que há um mês os jornais divulgaram a criação desse programa, que, na verdade, ainda não tem cuidado de ninguém, a não ser onde o governador manda. Salienta que no Município de Cachoeiro pessoas há um ano e sete meses aguardam um exame de ultrassom de abdome total, que é teoricamente simples e barato, se comparado a outros. Segue indagando de que e de quem o governador está cuidando. Conclui, diante disso, que fica parecendo que a população do Sul do Estado não é merecedora de respeito, especialmente no caso daquelas pessoas que precisam fazer um acompanhamento periódico, levando os exames aos médicos. Frisa que, diante disso, vem o governador, com aquela caravana, para inaugurar a Casa dos Bragas. Analisa que não está querendo dizer que tal obra seja menos importante do que outra ação de governo; porém, em seu entendimento, o governador deveria pensar primeiro na saúde das pessoas. Enfatiza que essa situação lhe causa perplexidade, até porque pessoas do Sul do Estado morreram por falta de vagas em UTI, enquanto o governo, que até quinze dias passados alegava não ter recursos, agora liberará 15 milhões e 500 mil reais para os hospitais, que servirão para essas instituições pagarem algumas contas, mas não resolverão o problema das cirurgias aguardadas por alguns há quatro anos. Aponta que, dessa fila, muitos morreram, e, quando a secretaria liga avisando que a cirurgia foi liberada, os familiares comunicam que já não é mais necessária, porque o paciente já faleceu. Esclarece que muitas pessoas, a exemplo dele mesmo, não possuem plano de saúde e dependem totalmente do SUS. Alerta que é importante a população saber disso, tendo em vista que, daqui a um ano e pouco, o governador poderá ser trocado, bem como os trinta deputados, sendo necessário analisar isso agora diante das peças publicitárias produzidas para mostrar que tudo está bem. Cita que é a mesma coisa que pegar uma casa de madeira cheia de cupim e pintá-la por fora, pois só quem precisa de uma cirurgia sabe há quanto tempo está esperando, assim como aqueles que aguardam seis meses, um ano por uma consulta. Menciona que, se levantarem o número de atendimentos feitos na UPA do Marbrasa, será possível saber quantas daquelas pessoas estão aguardando uma cirurgia, as mesmas que, quando se sentem mal, procuram aquela unidade e recebem como prescrição um remedinho, já que lá o serviço é destinado à urgência e à emergência. Conclui que tudo isso se dá porque as cirurgias não saíram, assim como os exames. Segue lamentando que, diante disso, o governo ainda gaste milhões em peças publicitárias, mostrando que tudo está bem, quando nada está, pois, na realidade, o governador e seu secretário de Saúde viraram as costas para o Sul do Espírito Santo. Cita que, se ligarem para todas as entidades públicas e filantrópicas da região, verão que estão de pires nas mãos, esperando por recursos. Aponta que essa tal de Rede Cuidar é copiada de São Paulo e que o governador não se deu ao trabalho sequer de criar um programa próprio. Indaga por que o governador não criou esse programa em 2015, logo que assumiu, em vez de deixar para fazer isso agora, quando falta pouco mais de um ano para a eleição. Deduz que tenha sido para que, diante das peças publicitárias, as pessoas se esqueçam do que o governador não fez e olhem para o que está sendo mostrado. Deixa claro para o governador



que quem é do interior não é bobo. Encerra a sua fala, afirmando, conforme já repetiu para a secretária de Saúde, não ter nada contra nenhum agente público, mas que o papel de fiscalizar as ações do governo, para o qual foi eleito, será feito, doa a quem doer, haja o que houver, considerando que os problemas de saúde têm pressa. / Edison Valentim Fassarella: — Inicia agradecendo aos vereadores que participaram da reunião com a secretária de Saúde e sua equipe. Frisa que o encontro foi produtivo e que todos puderam ouvir as estratégias propostas pela nova secretária, a qual inclusive nomeou pessoas para pontos que achou serem preciso mudar. Cita que o maior questionamento foi com relação aos postos de saúde e que todos puderam dar sua contribuição, já que são quarenta e três equipes de saúde da família e trinta e poucas unidades. Frisa que as alugadas são as dos Bairros Paraíso, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Penha, Recanto, Parque Laranjeiras e Agostinho Simonato, que precisarão ser remanejadas ou modificadas devido à exigência da Vigilância Sanitária ou do Ministério Público. Informa que, quanto à unidade do Bairro Paraíso, já foi providenciada uma nova casa, tendo o lugar contado com a aprovação da Vigilância Sanitária, enquanto que para as dos Bairros Nossa Senhora Aparecida e Nossa Senhora da Penha a Vereadora Renata deu sugestão de alguns lugares para serem alugados no Bairro Independência. Segue ressaltando, quanto ao Bairro Agostinho Simonato, que foi sugerida uma escola fechada no ano passado para abrigar o posto, tendo em vista que o mesmo ficava ao lado de um depósito de gás. / Aparteando Alexon Soares Cipriano: — Registra que saiu daquela reunião impressionado com a riqueza de detalhes, de informações e de conhecimentos da nova secretária. Cita que ela, por estar há mais de vinte anos na área, conhece todas as unidades e o problema de contratação de novos médicos, o que demonstra que tem bagagem, experiência e vontade para realizar um excelente trabalho à frente daquela pasta. Diz que, no que depender da Câmara, não lhe faltará apoio para que possa ser melhorado o atendimento à saúde no Município. / Aparteando Sílvio Coelho Neto: — Frisa que não pôde estar presente, mas conversou com a secretária à tarde e, por isso, reitera a fala do colega Alexon, dizendo que ela tem isso tudo e mais alguma coisa, principalmente educação para tratar os vereadores. / Edison Valentim Fassarella: — Ressalta que tem certeza de que tudo dará certo e que por isso elogiou a secretária quando ela providenciou novamente a contratação da enfermeira Márcia Passabom para subsecretária de atenção primária. Acrescenta que, agora, o clima naquela pasta é outro, havendo harmonia no setor. / Aparteando Brás Zagotto: — Indaga em que setor daquela pasta ficou o ex-secretário Bindaco. / Edison Valentim Fassarella: — Responde que pode ter sido no planejamento. / Aparteando Brás Zagotto: — Pergunta se nesse setor ele é bom. / Edison Valentim Fassarella: — Diz que o Bindaco é uma pessoa muito inteligente e de capacidade, embora tenha lhe faltado certa habilidade, pois, para ocupar uma secretaria, não basta ser técnico, é preciso ser também político. Frisa que lhe faltou traquejo para lidar com as pessoas e que, ao final, ele viu que a sua pretensão de mudar radicalmente a secretaria não daria certo. Segue elogiando o Presidente Alexandre Bastos por estar observando a pontualidade no horário de início das sessões. Pede que o mesmo aconteça quanto à sessão solene marcada para às 19:00 horas, com tolerância de cinco a sete minutos, de maneira a que, evitando atraso, tudo transcorra de forma idêntica ao que tem sido visto na Câmara. / Aparteando Alexandre **Bastos Rodrigues** (**Presidente**): — Agradece as palavras e aproveita para pedir aos vereadores que comuniquem aos homenageados que a solenidade se iniciará às 18:30 horas, com a apresentação da Camerata da Casa Verde, e, a partir das 19:00 horas, com tolerância de dez minutos, será dado início à sessão solene. / Edison Valentim Fassarella: — Finaliza afirmando que avisará aos seus homenageados e que, pelo projeto implantado este ano, acredita que aquela sessão será muito melhor. / Brás Zagotto: — Reportando-se ao presidente, diz que



todo mundo está cobrando os convites para as pessoas que serão homenageadas. Indaga se os mesmos já foram providenciados. / Alexandre Bastos Rodrigues (Presidente): — Responde que foi autorizada a confecção e que serão entregues amanhã. / Brás Zagotto: — Pergunta se 10 os homenageados poderão levar mais pessoas. / Alexandre Bastos Rodrigues (Presidente): — Diz que a sessão é aberta. / **Sílvio Coelho Neto:** — Aproveitando a presença do Secretário Mário, solicita que olhe com carinho o córrego que sai do Bairro Aeroporto e vai até o Coramara. Frisa que não se trata de multar, e sim dar uma advertência àqueles que têm suas oficinas por lá e jogam óleo nas águas. Deixa claro que não está pedindo que ninguém seja punido nem maltratado, porque entende que todos estão na luta. Prossegue registrando que deu entrada em um projeto de lei instituindo o dia do açougueiro, a ser comemorado em 09/10. Discorre sobre o posto de saúde do Bairro Coramara, destacando que é uma pena vê-lo abandonado e com a construção parada. Cita que, se der tempo, ainda esta semana fará outra visita à secretária de Saúde para conversar sobre a situação do centro municipal de saúde, cuja placa anuncia uma reforma de 918 mil reais, com a obra tendo sido iniciada em 06/2016 com o término previsto para 03/2017, enquanto que lá dentro não se vê nada terminado. Ressalta que vai conversar com a secretária para ver o que está acontecendo e dar ciência à população. Informa ao presidente que se atrasou devido a uma reunião que teve com os alunos de Conduru, os quais se mostraram muito preocupados com o meio ambiente, sendo que, graças a Deus, tudo o que foi reivindicado lá já está fazendo ou vai ser feito, a exemplo da limpeza geral do distrito e do córrego que corta o asfalto. Conclui que, com um limão, foi feita uma limonada no seu distrito, com o apoio dos amigos, que também se manifestaram dispostos a ajudar na reforma do ginásio, já que ele, Sílvio, se cansou de esperar que o Município fizesse isso. Diz que ficou encantado com a preocupação dos alunos, que já se programaram para fazer uma panfletagem de casa em casa, conscientizando as pessoas de forma também verbal para que coloquem o lixo para fora no dia e horário certos. Menciona que, quando sai do seu distrito, que é um local super limpo, fica triste ao chegar em Cachoeiro e ver que a situação aqui não é a mesma. Cita que a sua vontade é arregaçar as mangas e fazer o serviço, pois considera muito triste não poder contribuir aqui. Finaliza afirmando que, se as crianças não conscientizarem os mais velhos, será muito difícil a situação do meio ambiente daqui a alguns anos. / Renata Sabra Baião Fiório Nascimento: — Inicia discorrendo sobre a Exposul, feira que trará expositores de todo o Sul do Estado para Cachoeiro. Frisa que o agronegócio é a ponta na qual é preciso estar antenado, entendendo que o alimento e os recursos também vêm de lá. Argumenta que Cachoeiro e o Sul do Estado não vivem apenas do mármore e do granito nem o litoral sobrevive só do petróleo, pois há também o abacaxi, a mandioca, as fábricas de farinha, os suínos, os ovinos e os caprinos. Menciona que, pensando nisso, o Sindicato Rural de Cachoeiro ofereceu à Câmara um espaço para inventarem algo. Aponta que, quanto a isso, se reuniu com o Vereador Carlinhos e, entendendo que de fato é preciso aumentar o orçamento da Secretaria de Agricultura e de Interior, bolaram um painel, que será apresentado pela Câmara, na sexta-feira, às 12:00 horas, com a presença dos técnicos da Secretaria da Fazenda, que demonstrarão como está a receita de ICMS para esses Municípios, através de um comparativo. Acrescenta que também será mostrada por esses técnicos a importância de estar antenado nesse aspecto, porque é o caminho para aumentar o repasse e, consequentemente, o orçamento para a agricultura. Anuncia que o evento citado será altamente produtivo e para o mesmo estão convidadas todas as Câmaras dos vinte e quatro Municípios do Sul. Avisa que será muito triste se a Câmara de Cachoeiro não se fizer representar em peso lá, já que a palestra terá o painel intitulado "O peso do Legislativo no desenvolvimento rural, educação fiscal e orçamento municipal", com os palestrantes Lúcio Berilli e Francisco, mestre da Receita Estadual, imbuído

"Feliz a nação cujo Deus é o Senhor"



nesse quesito de educação fiscal. / Aparteando Edison Valentim Fassarella: — Indaga se o convite foi dirigido às Câmaras vizinhas. / Renata Sabra Baião Fiório Nascimento: — Confirma que foram enviados convites às vinte e quatro Câmaras e a todos os vereadores com e-mails cadastrados. Enfatiza que o evento é suprapartidário e sugere que os vereadores entrem em contato com suas bancadas para reforçarem o convite para esse movimento pró-rural. Destaca que, se os vereadores não se capacitarem, estarão à margem de um sistema para o qual todos estão se preparando. Registra que recebeu um convite para um café que está sendo promovido pela SINDES quanto à informatização dos sistemas públicos. Segue ressaltando que, enquanto secretária da Câmara, pediu ao profissional técnico de sonorização da Casa para fazer um manual de como os vereadores devem se comportar diante do microfone, até para que a vida útil do mesmo seja aumentada. Segue solicitando a todos que leiam e releiam o material, o qual considera muito importante. Quanto ao sistema de videomonitoramento da cidade, lembra que, quando da greve da Polícia Militar, ele foi de extrema importância para desvendar os crimes ocorridos no Município, mas até hoje o ar condicionado do local não está funcionando. Frisa que eles são vigias e exercem uma função de fundamental importância, ficando confinados dentro de uma sala, num regime de doze por seis, na frente de um monitor. / Aparteando Brás Zagotto: — Compromete-se em levar amanhã, às 9:00 horas, um técnico lá, o qual pagará com dinheiro do seu próprio bolso, para solucionar o problema. / Renata Sabra Baião Fiório Nascimento: — Aceita a colaboração do colega; entretanto, registra que o ideal é trocar o equipamento por um compatível com o uso, já que são dez monitores e sete televisões de quarenta polegadas ligadas durante vinte e quatro horas por dia, o que dá para imaginar o calor gerado. / Aparteando Brás Zagotto: — Reafirma que o técnico que ele pretende levar consertará o aparelho. / Aparteando Allan Albert Lourenço Ferreira: — Como membro da Comissão de Segurança e Trânsito, sugere que seja convidado o secretário para vir à Câmara para tratar desse e de outros assuntos. Ressalta que esse problema já foi apresentado ao secretário desde janeiro, mas o ambiente em que essas pessoas trabalham continua insalubre. / Renata Sabra Baião Fiório Nascimento: — Registra que inclusive não há janelas, sendo a situação relatada por aqueles profissionais totalmente incompatível, já que não têm uma função específica nem são respeitados, enquanto que a prefeitura continua fazendo contratações. Segue discorrendo sobre o Projeto Rocha Ativa, esclarecendo que através dele, com 30 reais, consegue-se adotar uma criança e colaborar para que sejam ofertados a ela esporte, dança e outros benefícios. Diz que ficou encantada com esse projeto, especialmente por saber da existência em Cachoeiro de entidades atuando para oferecer às crianças essas atividades extracurriculares. Finaliza dizendo que está aberto para quem desejar ser um embaixador do Rocha Ativa, divulgando o trabalho, inclusive fazendo um reconhecimento melhor dessa entidade. / Higner Mansur: — Inicia registrando que encaminhou ao prefeito duas indicações, sendo a primeira para que ele retire de pauta o Projeto de Lei 20/2017, segundo a numeração da Câmara, que trata do funcionamento do escritório virtual, a fim de que o mesmo seja melhormente apresentado do ponto de vista da democracia e do conhecimento público. Frisa tratar-se de matéria novíssima, desconhecida de quase 100% dos cidadãos, cuja proposta chegou à Câmara sem nenhuma indicação de estudo prévio com a sociedade, o que revela grande temeridade, já que a sua apreciação se daria de forma absolutamente leiga. Salienta que as novidades devem ser muito bem explicadas, principalmente se quiserem transformá-las em lei. Diz ainda que o projeto, em vez de jogar as multas para o Código Tributário, inova, colocando-as na própria lei, o que será uma ciranda doida. Segue relembrando que, em seu discurso de posse, leu e entregou diretamente às mãos do prefeito os seguintes pontos, os quais agora achou prudente indicar novamente: 1 – que olhe com carinho para o sério problema da

"Feliz a nação cujo Deus é o Senhor"



acessibilidade e mobilidade urbana, visto que isso está penalizando grave e fisicamente os cachoeirenses; 2 - cuide dos concursos públicos, como norma; 3 - cuide do Plano Diretor Municipal com olhos para os cidadãos, e não para a exposição predatória da cidade, como tem 12 acontecido; 4 – que valorize a cultura local e regional, inclusive o folclore, o artesanato e seus personagens, afastando shows comerciais importantes, que arrombam os cofres públicos; 5 – que olhe com carinho para as riquezas do interior do Município, como o turismo, o agronegócio, a agricultura familiar, a pecuária leiteira etc.; 6 – que cuide do Rio Itapemirim com coragem; 7 – que dê valor à Região Sul do Espírito Santo, pois isso enriquece Cachoeiro também; 8 – que recupere os pontos de visitação turísticos e culturais do Município, como a Casa de Roberto Carlos e a Casa dos Bragas; 9 – que faça pacto republicano com a iniciativa privada, principalmente divulgando a produção do mármore e do granito lá fora, contando com o comprometimento da mesma em relação ao que há de mais importante no Município. Menciona que está muito assustado com esse processo seletivo simplificado, frisando que, em seu entendimento, é inconstitucional, visto que houve tempo suficiente para fazer o concurso neste governo e também no anterior. Enfatiza que a lei na qual se baseia é a 5.976/2007, da época do então prefeito Roberto Valadão, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público. Cita que está falando de todos os profissionais, mas, atendo-se aos médicos, alerta que não há necessidade temporária de excepcional interesse público, não no que se refere à medicina. Aponta que esse tipo de contratação dará problema, conforme está ocorrendo em relação aos DT's em outros locais. Ressalta que isso é roubar do servidor público o direito à estabilidade, ao décimo terceiro e às férias. Diz que os médicos vão ganhar 800 e poucos reais. Segue acrescentando que o artigo 2º da referida lei estabelece que é considerada necessidade temporária de excepcional interesse público a assistência a situações de emergência e calamidade pública, combate a surtos epidêmicos, implantação de serviços urgentes de interesse público e atividade técnico no âmbito de projetos. Pontua que médicos, psicólogos e enfermeiros não se enquadram nesse aspecto e que a administração pública atual está seguindo os mesmos passos das anteriores, o que é um desrespeito para com os profissionais e também para os cidadãos que necessitam desses serviços. Frisa que preparou o material como se fosse um puxão de orelha dado com muito respeito, porque considera o prefeito, em termos de administração, como um pai. Deixa claro que não quer que o acusem de ter dito isso ou aquilo zangado agora, porque já está assim desde o início desta administração, passados os clássicos cem dias. Avisa que resolveu entregar a um vereador esse material, o qual será sua testemunha para o bem ou para o mal. Pede ao Vereador Diogo que se prepare. / Aparteando Diogo Pereira Lube: — Diante do que o vereador disse, registra que recebeu uma nota do Sindicato dos Médicos repudiando totalmente o edital referente ao concurso, não apenas pelo salário de 970 reais por vinte horas de trabalho, enquanto que o piso é de 13 mil, 47 reais e 93 centavos, mas também pela reforma trabalhista que envolve as relações entre patrão e empregado, alvo do primeiro veto de uma comissão formada pelos senadores. Esclarece que isso não quer dizer que a reforma não vá para o plenário e seja aprovada. Destaca que o que acontece em Cachoeiro está em consonância com a situação do país. Segue registrando o seu repúdio quanto a essa forma injusta de tratar o trabalhador, seja ele de qual classe for. Lembra que há postos no Município sem médicos, a exemplo do de Pacotuba, onde o profissional cubano foi embora. Cita que o Programa Mais Médicos encerrou o contrato, e não se sabe de que forma vão trazer os novos profissionais. Aponta que, mesmo que a Constituição Federal de 1988 não tenha previsto essa questão da oferta e da procura, ou seja, ofereceu saúde para todo mundo sem ter condição de garantir esse acesso, é direito do cidadão ser atendido e do médico receber

"Feliz a nação cujo Deus é o Senhor"



decentemente pelo serviço prestado. Deixa claro que Cachoeiro não tem como pagar o piso salarial do médico, mas oferecer a ele ou a qualquer outro profissional um salário pífio provoca uma tomada de posicionamento dos representantes legais. / Aparteando Delandi Pereira 13 Macedo: — Classifica como importante o colega ter levantado essa questão, mas diz que é bom entender como o processo é feito. Esclarece que o chamamento para o processo seletivo precisa ter inserido aquilo que está na lei, presente no plano de cargos e salários, e o que consta lá é esse salário de 970 reais para o médico. Diz que esse não é o salário que o Prefeito Victor estabeleceu para contratação do médico e que boa parte dos vencimentos desses profissionais está em torno de 560 reais, o que ele, Delandi, considera um absurdo. Seguindo, diz que o salário de todos os servidores públicos de Cachoeiro é vergonhoso, e não só o dos médicos. Indaga por que até então os outros Executivos não fizeram nada para melhorar isso. Salienta que os vereadores devem parabenizar o Prefeito Victor, porque ele já compôs uma comissão para cuidar do plano de cargos e salários, a qual debaterá toda essa questão e, posteriormente, serão envidados os esforços, com vistas a melhorar as condições dos servidores, inclusive dos médicos. / Higner Mansur: — Elogia a inteligência do colega, mas destaca que gostaria que o prefeito tivesse um projeto de urgência, como fez com os secretários, para aumentar o salário desses servidores que estão na faixa de 500 e poucos reais. / Aparteando Delandi Pereira Macedo: — Salienta que concorda com o vereador e que ele, Delandi, e o próprio Poder Executivo estão em conversa para rever a questão desse projeto enviado à Câmara. Frisa que, se for para dar aumento como está no projeto, que não se dê para ninguém, deixando para fazer isso quando estiver pronto o plano de cargos e salários. Diz que, no que depender dele, concorda que o caminho seja esse para moralizar a Câmara e o Poder Executivo, fazendo o negócio num patamar que dê para atender às necessidades do Município, sem se fixar na particularidade de apenas um grupo. / **Higner Mansur:** — Frisa que não estava nem falando do salário, e sim da inconstitucionalidade de não fazer o concurso público, conforme prevê a Constituição. Acrescenta que, por sua experiência na área de advocacia, considera essa situação já está no campo da inconstitucionalidade, com risco de resultar em improbidade administrativa. Diz que a Câmara de Curitiba foi invadida pelos cidadãos e servidores públicos, porque estão começando a pagar uma pena pesadíssima referente à aposentadoria e pensão, assunto esse para o qual vem alertando há doze anos, conforme registro dos jornais. Encerra dizendo que chegará o dia em que se verá esse problema na Câmara de Cachoeiro também, porque o IPACI continua com 16 milhões de reais, que não rendem um centavo, com um terreno da vila olímpica, que é inundável, e imóveis deteriorados que não recebem aluguel da prefeitura. / Elio Carlos Silva de Miranda: — Inicia falando sobre a importância da Comissão de Saúde da Casa no serviço que vem fazendo, nesses poucos mais de cinco meses, acompanhando e fiscalizando de perto o atendimento prestado nessa área no Município. Diz que, como suplente da citada comissão, faz questão de participar de todos esses momentos para fortalecer os resultados, na fiscalização daquilo que é apresentado pela secretaria. Menciona que as visitas às unidades de saúde trouxeram um relatório importante que está sendo apresentado nas discussões com a Luciara e sua equipe, com a certeza de que os apontamentos, aos poucos, serão atendidos pela secretária. Quanto ao debate iniciado pelos colegas Higner e Diogo, ressalta a importância que é para os vereadores participarem das reuniões, onde muitas informações são repassadas, diante das perguntas e das denúncias recebidas. Analisa que, dessa forma, é possível constatar o que é real, o porquê de algo ainda não ter sido feito, quando isso ocorrerá e o que significam curto, médio e longo prazos. Enfatiza que isso traz até mais argumentação às falas dos vereadores, os quais, consequentemente, erram menos ao avaliar o Poder Executivo. Cita que, das coisas tratadas na reunião, o que mais lhe chamou atenção foi o

"Feliz a nação cujo Deus é o Senhor"



processo seletivo, visto que, desde o início do ano, isso vinha sendo trabalhado e estava prometido para a primeira quinzena de abril, mas saiu somente agora. Destaca que ontem finalmente saiu o edital, e o que lhe chamou a atenção foi realmente os salários ofertados pela 14 Prefeitura de Cachoeiro a todos os segmentos. Lembra que, no caso dos médicos, dá para pensar na situação de um profissional que faz faculdade pagando mensalidades caríssimas para, depois, receber um salário mínimo. Diz que algo semelhante se vê com os psicólogos e outros servidores, cujos salários são desanimadores. Segue acrescentando que isso faz com que os serviços prestados no Município não sejam de qualidade. Esclarece que não está dizendo que quem trabalha na prefeitura não o faça com qualidade, mas que, infelizmente, os melhores profissionais vão para outros Municípios, problema esse que também ocorre na área de educação. Ressalta que quem é aprovado aqui fica em desistência temporária, aguardando o resultado dos processos seletivos de Presidente Kennedy, de Marataízes e de outros Municípios. Cita que os melhores avaliados vão para outros Municípios e que em Cachoeiro ficam aqueles que, talvez, não estejam tão bem preparados para esse mercado. Conclui que, por isso, sofre-se com os atendimentos na área de saúde por parte de profissionais sem vontade de trabalhar, já que, ao final do mês, recebem um salário de 970 reais, o qual classifica de absurdo que precisa ser revisto. Lembra que, segundo anunciado pela mídia, a comissão montada para estudar essa situação só apresentará resultado em 2018, quando o seu desejo é de que isso ocorresse o quanto antes para ver os servidores felizes. / Aparteando Edison Valentim Fassarella: — Informa que os médicos têm produtividade de 1.200 reais e combustível quando atuam no interior, mas que isso também não justifica, já que ainda continua sendo pouco. Confirma a fala do Vereador Diogo dando conta de que, na mesma hora em que saiu o edital do processo seletivo, o CRM lançou uma nota, repudiando o valor do salário oferecido aos médicos em Cachoeiro. Diz ainda que os Municípios que pagam mais acabam ficando com todos os profissionais. / Elio Carlos Silva de Miranda: — Corrige o colega, salientando que os 1.200 reais de produtividade podem aumentar o salário; porém, isso não significa que o profissional terá direito a todo esse valor, já que ele pode fazer jus, por exemplo, a 600, 700 reais. Acrescenta que isso também não é salário e que esse tipo de compensação não dará os direitos trabalhistas do profissional na hora da aposentadoria. Segue alertando que os postos estão sem médicos, porque o contrato com os cubanos venceu, e eles foram embora. Frisa que a boa notícia é que já estão em processo de contratação, seguindo o programa do Governo Federal, de mais seis médicos, e que a maioria deles será de brasileiros. / Aparteando Edison Valentim Fassarella: — Informa que esses médicos receberão 12 mil reais, como recebem os intercambistas. Segue esclarecendo que, no caso dos cubanos, parte do salário vai para Cuba, enquanto que o dos brasileiros ficará aqui. / Elio Carlos Silva de Miranda: — Fala sobre a importância de esclarecer que esses médicos recebem uma contrapartida do Município no valor de 2.000 reais. Como fez a Vereadora Renata, conclama a todos os vereadores a participarem do painel na Exposul para, junto com os palestrantes, discutirem qual é a melhor forma de inserir no debate do orçamento uma maior parte para a área de agricultura e outros setores agregados aos serviços do interior. Cita que o sindicato rural apresentou os números de todos os impostos advindos da agricultura e como eles somam aos cofres públicos. Aponta que boa parte desses valores deveria ser aplicada lá, onde ocorre o recolhimento deles, ou seja, voltados para a agricultura, com vistas a potencializar esse mercado. Finaliza, lembrando que os vereadores de Cachoeiro serão os anfitriões e receberão todos os outros, especialmente os que compõem as Comissões de Agricultura das vinte e quatro Câmaras do Sul do Estado. / Paulo Sérgio de Almeida: — Reportando-se à fala do colega Delandi, diz que todos os vereadores estão sofrendo com esse desgaste do Governo Municipal perante à população. Reclama que são

"Feliz a nação cujo Deus é o Senhor"



muitas as cobranças no que diz respeito ao estado da maioria das estradas e dos serviços prestados pelo Executivo. Ressalta que são muitas também as promessas e que, apesar de sempre estar elogiando as Secretarias de Obras, de Limpeza e de Desenvolvimento Urbano, chega um momento em que é preciso dar um basta, considerando que já é hora de a prefeitura sair desse marasmo, desburocratizar um pouco a maneira de atender à população. Diz que não consegue mais sair de casa para visitar certas comunidades, porque a cobrança é muito grande. Conta que esteve no Alto Agostinho Simonato, onde o asfalto que vai até a Transportadora Cachoeiro não tem mais condições de acesso, e que uma estrada de chão de lá está do mesmo jeito; portanto, conclui que passou da hora de a prefeitura tomar a frente para acabar com a burocracia e tentar dar uma resposta ao povo, pois não dá mais para aguentar. Seguindo, discorre sobre a Comenda Chefe Aroldo, que será entregue no próximo sábado, dia 24, na Ilha da Luz, na sede onde os escoteiros se reúnem. Ressalta que o escotismo em Cachoeiro completa cento e cinquenta anos, e oito anos de reabertura do Sexto Grupo Baden Power. Fala sobre a situação que vem sendo enfrentada pela APAE, apontando que a associação há algum tempo vem sofrendo com falta de verba e de apoio. Diz que sempre participou de almoço e de movimentos para consertar o veículo e atender a outras demandas. Cita que agora os servidores cedidos pelo Município para atuar lá estão há quatro meses sem receber e que deveria haver mais apoio e cuidado para com esses profissionais. Continua o seu discurso, destacando que será promovido um evento no teatro em benefício da APAE, um show com Big Beatles, cuja entrada será um kit de limpeza, além de que também será promovido um almoço com renda revertida para a associação. Registra o seu desejo de que sejam mantidas as tradições, destacando que parece que este ano a sessão solene da Câmara será diferente, com a entrega de apenas quatro comendas pelos vereadores e com a festa ocorrendo no auditório da FDCI. Deixa claro que não concorda com a maneira como isso será feito, inclusive sem buffet. Menciona que são tradições que não devem ser esquecidas nem podem acabar. Salienta que um radialista indagou como podem fazer festa de Cachoeiro, se a casa não está arrumada. Responde que a Casa já estava desarrumada desde a gestão passada, época em que esse mesmo radialista não dizia isso. Cita que, no passado, eram duas semanas de festa e que é preciso observar que o povo não vive só de trabalho. Acrescenta que a festa é importante para o produtor, para o barraqueiro, para quem cuida de som e também para os cantores da terra. / Aparteando Brás Zagotto: — Concorda com o colega, frisando que é a favor de que a festa da Câmara tenha sim comes e bebes, como sempre teve; entretanto, esclarece que o presidente e sua equipe conversaram com o Tribunal de Contas a esse respeito, mas aquele órgão não permitiu. Diz que uma vez por ano esse gasto na festa solene não seria tanto e que o Tribunal de Contas deveria sim permitir que fosse realizada. Quanto ao jornalista, aponta que a casa não estava arrumada e explica que o mesmo referia-se à prefeitura, e não à Câmara. Ressalta que o Poder Legislativo está organizado, arrumado, com as contas em dia, com risco até de sobrar dinheiro para devolver à prefeitura no final do ano, coisa que nunca viu acontecer nos seus vinte anos Câmara. / Paulo Sérgio de Almeida: — Esclarece que o jornalista citado estava se referindo à prefeitura, dando conta de que não deveria fazer a festa, porque a cidade está cheia de buracos e faltam diversas coisas. Encerra, enfatizando que concorda com essa posição; contudo, diante de tanta coisa que falta, não se justifica deixar faltar mais uma, que é a festa de Cachoeiro, data magna da cidade. / Sebastião Gomes: — Faz a leitura do seguinte projeto de lei, de sua iniciativa, que prevê um melhor detalhamento das contas de água e esgoto em Cachoeiro: "Artigo 1º - A concessionária do serviço de abastecimento de água e coleta de esgoto deverá melhor detalhar sua fatura mensal entregue ao consumidor. Artigo 2º - Desse detalhamento deverá constar o consumo mensal TRA - Tarifa Referencial de Água X TRE - Tarifa

"Feliz a nação cujo Deus é o Senhor"



Referencial de Esgoto e seus respectivos níveis tarifários e seus valores individuais e totais. Artigo 3º – Os impostos contidos na fatura mensal deverão ser mencionados individualmente por categoria, valor e percentual. Artigo 4° – Deverá também constar em campo próprio o 16 índice percentual pago atualmente pela outorga. Artigo 5º - Caberá à Agersa fiscalizar se as ações foram cumpridas e aplicar sanções, caso essa lei não seja cumprida integralmente. Artigo 6º - Essa lei entrará em vigor após noventa dias de sua aprovação". Por fim, justifica que, como as contas de água não vêm bem detalhadas como as de energia, protocolou esse projeto. / Rodrigo Sandi: — Inicia parabenizando a Mesa Diretora pelo modo transparente como, junto com os demais vereadores, está gerindo o Poder Legislativo. Segue apontado que a nova Câmara atua de maneira diferente e que a esperança colocada nos atuais vereadores está sendo correspondida. Nesse aspecto, frisa que, de sua parte, tem tentado dar atenção ao povo e devolver com trabalho os votos recebidos nas urnas. Diz acreditar que os colegas vereadores estão agindo da mesma forma. Discorre sobre o problema do carro fumacê no Município, destacando que inclusive divulgou isso em suas redes sociais, onde recebeu vários comentários por conta de diversos bairros estarem convivendo com mosquitos em função do estado dos córregos, do mato e da sujeira. Cita que alguns creditam essa situação aos próprios moradores, que jogam lixo em locais inadequados e, embora concorde com isso, entende que chegou a hora de Cachoeiro tomar um rumo. Acrescenta que, conforme foi colocado na tribuna, não é mais preciso ficar defendendo secretarias, porque esta administração já chegou ao sexto mês de mandato. Ressalta que, nesse período, ela deveria estar um pouco mais à frente, com suas secretarias atendendo melhor à sociedade. Relembra que o prefeito alcançou 60% dos votos e que já passou da hora de devolver à população a credibilidade recebida dela. Enfatiza que os vereadores não podem ficar dependentes de apenas uma, duas ou três secretarias e que as outras precisam também dar resultados à população cachoeirense. Fala sobre a visita que fez aos Bairros Vila Rica, Santo Antônio, Ferroviários e Recanto, ocasião em que constatou problemas simples, como árvores precisando ser podadas por atrapalharem a iluminação, trazendo transtornos para os moradores, além de facilitar a ocorrência de assaltos. Recorda que o Vereador Sílvio disse que vem de um distrito limpo como Conduru e, quando chega aqui, tem uma má impressão, porque vê a cidade suja. Enfatiza que, para quem mora em um Município com duzentos e dez mil habitantes, dá para sentir vergonha quando um vereador do interior, que cuida do seu distrito com o maior carinho e atenção, faz esse tipo de observação sobre o estado da cidade. Frisa que, tendo chegado à metade do ano, já não era mais para estar ouvindo as pessoas reclamando de falta de atendimento. / Aparteando Allan Albert Lourenço Ferreira: — Fala da situação em que se encontram os Bairros São Francisco e Parque Laranjeiras, onde as árvores cobrem a iluminação pública. Cita que há muito vem fazendo esse pedido e que, segundo a Alana, responsável por essa parte, depois da festa de Cachoeiro retornará o sistema de poda. / **Rodrigo Sandi:** — Registra que essa também foi a resposta que recebeu dela quando lhe apresentou o problema dos bairros visitados. Segue dizendo que realmente espera que ela consiga fazer esse atendimento, porque a cidade está um caos no que se refere à poda de árvores. Quanto ao carro fumacê, diz que o prefeito também lhe respondeu nas redes sociais e que, por isso, não sabe se a resposta é oficial, mas lhe foi dito que trariam para Cachoeiro a moto fumacê. Destaca que não sabe como está o andamento desse assunto e se haverá licitação. Aponta que, diante das muitas reclamações, sempre ouve por parte do governo sobre a necessidade de licitação, enquanto o povo segue sofrendo, cobrando dos vereadores, que fazem a parte deles ao buscar dar atenção às comunidades. Ressalta que muitas vezes batem na questão do tempo e do prazo, quando a população não quer saber mais disso, ela deseja uma resposta imediata. Menciona que, quando um vereador sai do seu local de

"Feliz a nação cujo Deus é o Senhor"



conforto, já que a maioria é ativa e busca responder a reclamação do morador, acena com uma esperança de solução, e, vindo a demora de ação por parte do Executivo, a culpa recai sobre os membros do Legislativo, que colocam a sua cara a tapa. Analisa que, com coragem de buscar o 17 atendimento, os vereadores esbarram na mesmice do governo, sempre demorando a atender a comunidade. Segue conclamando a Câmara que se una, inclusive convida a todos para assinarem com ele o requerimento que fará quanto ao carro ou à moto fumacê, que cabe ao Governo do Estado. / Aparteando Brás Zagotto: — Agradece ao colega por ter ido ao Bairro Vila Rica, já que ele, Brás, e o Diogo Lube, que residem lá, não estão conseguindo levar os benefícios que a comunidade precisa. Prossegue destacando que, com a fortaleza do colega Rodrigo, como vereador de primeiro mandato, pode ser que o atendimento aconteça, e a população do Bairro Vila Rica o agradecerá. Frisa que a Vila Rica está aberta a todos os vereadores que quiserem ir até lá e reivindicar, porque o bairro merece. Informa que a Vila Rica possui muitas árvores a serem podadas, e o rapaz responsável pelo setor disse-lhe que as três motosserras estão na oficina. No que se refere ao fumacê, destaca que gostou da postura do prefeito quanto às motos, já que em Cariacica o Juninho comprou oito delas, e o combate ao mosquito está funcionando muito bem. Ressalta que a moto será de melhor valia nas ruas apertadas e difíceis de Cachoeiro. / Rodrigo Sandi: — Informa que esteve no Bairro Vila Rica, no alto chalé, com a amiga Luciene e viu que é preciso podar aquelas árvores, sendo que essa moça já foi até assaltada lá. Diz que o Vereador Brás sabe do respeito e da admiração que lhe tem e que, como representante de todo o Município, se fará presente onde o chamarem para ajudar no que for possível. / Aparteando Brás Zagotto: — Salienta que o Vereador Wallace foi além, porque reivindicou que a rua dele, Brás, fosse asfaltada, enquanto que o colega Alexandre Maitan conseguiu a troca de uma lâmpada na Rua Amélia Ronqueti. / Rodrigo Sandi: — Agradece a atenção dos colegas. / Na sequência, passou-se ao Horário das Lideranças. / Brás Zagotto (SD): — Inicia registrando que, através de sua assessoria, fará questão de levar à sessão solene da Câmara as mulheres que prestigiam todas as reuniões do Legislativo. Cita que esteve na Secretaria de Obras e gostou do secretário, que é 78% político e bom de atender à comunidade e também aos servidores. Conclui, dessa forma, que o Prefeito Victor acertou em cheio ao nomear o Luciano para ocupar aquela pasta. Segue informando que, amanhã, no gabinete do prefeito, será assinado o novo contrato para o término da obra do Bairro Vila Rica, aquela mesma que envolve as manilhas que estão na frente do CIODES. Esclarece que a verba será dos royalties do petróleo e que isso vem desde a época do exprefeito Casteglione, sendo agora assinada a prorrogação do contrato. Agradece aos engenheiros da Secretaria de Obras, como o Joel Albano, Nilton Assad, Pedro Silvano, Jansley, Wanderley e aquela menina da parte elétrica e hidráulica. Acrescenta que, infelizmente, o salário deles não é bom, havendo até o risco de perderem a gratificação de 1 mil reais, inclusive solicitaram que isso fosse incorporado ao vencimento. Finaliza dizendo aos Vereadores Alexon e Sebastião que na quinta-feira estará presente na reunião da Comissão de Obras. / Alexon Soares Cipriano (PROS): — Inicia saudando os membros filiados do seu partido que passaram pela Câmara, destacando que eles o ajudaram a conquistar a cadeira do PROS em Cachoeiro. Segue discorrendo sobre a representatividade do PROS em Cachoeiro, em todo o Sul do Estado e no país, contribuindo com o desenvolvimento. Cita que entrou em contato com a Executiva Estadual do PROS por conta de um encontro entre os prefeitos, viceprefeitos, deputados federais e estaduais em Brasília, ocasião em que foram adotadas algumas normativas, e, nos próximos dias, haverá a informação sobre as comissões provisórias dos Municípios e a possibilidade de que todos os partidos, mesmo aqueles que ainda estejam nesse estágio, tenham condições de eleger seus diretórios. Ressalta que, com a comissão provisória, o

"Feliz a nação cujo Deus é o Senhor"



partido fica muito volátil, e será importante esse prazo maior para que as siglas se adaptem às novas normativas. Aponta que, com o diretório eleito, juridicamente, o partido tem força e mais possibilidade de atuação no crescimento. Diz que, em nível de Estado, o PROS tem trabalhado 18 com a possibilidade de eleger entre dois ou três deputados estaduais em 2018 e possivelmente um deputado federal. Por fim, registra ainda que há lideranças querendo se filiar ao partido e, dessa forma, fortalecer a sigla não só no Município como em todo o Estado do Espírito Santo e no Brasil. / A seguir, teve início a Ordem do Dia, com a secretária fazendo a leitura do convite para, no dia 21/06/2017, às 11:30 horas, no gabinete do prefeito, prestigiarem o lançamento oficial da Corrida de São Pedro. / Logo após, foi realizada a 1ª Discussão do Projeto de Resolução 08/2017 - Alexon Soares Cipriano (Altera a Resolução 08, de 10/07/1998, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim). / Alexon Soares Cipriano: — Ressalta a importância dessa comissão a ser inserida nas regras legais da Casa, com o objetivo de dar mais espaço às pessoas portadoras de deficiência física de qualquer natureza, frisando que, em seu entendimento, muitos dos serviços públicos não têm contemplado a participação delas nessas discussões. Cita que a prefeitura já criou em sua nova estrutura na Secretaria de Desenvolvimento Urbano um setor chamado gerência de mobilidade urbana, que acabará por trabalhar em parceria com essa comissão da Câmara, a qual apresentará as reclamações, pesquisas e audiências públicas realizadas com o COMDPEDE. Frisa que, dessa forma, serão colocados, dentre os assuntos discutidos na Câmara e pela administração pública do Município, os interesses constitucionais dessa parcela da sociedade, os quais têm sido negados ao longo dos últimos anos. Classifica como um grande passo da Câmara modernizar a legislação, havendo a possibilidade de contribuir com a discussão do novo Plano de Mobilidade Urbana e do Programa Ir e Vir. / Aparteando Edison Valentim Fassarella: — Parabeniza o colega pela iniciativa, considerando o assunto como de muito importância e adianta que, ao lado do autor da proposta, gostaria também de compor essa comissão por conta de seu interesse pelo tema da mobilidade urbana e da acessibilidade. / Aparteando Diogo Pereira Lube: — Coloca também o seu nome disponível para compor a comissão, destacando que o tema permeia os direitos humanos. / Alexon Soares Cipriano: — Fala sobre o que tem visto no dia a dia não só em relação às edificações públicas e privadas no que tange à acessibilidade, acrescentando que também são diversas as reclamações quanto aos ônibus do Município e seus elevadores, o que, caso seja aprovada a comissão, será fiscalizado. / Edison Valentim Fassarella, levantando questão de ordem: — Solicita que as matérias sejam apreciadas em bloco. / Alexandre Bastos Rodrigues (Presidente): — Acata o pedido. / Dando continuidade, foram aprovadas, em bloco, por unanimidade dos presentes, as seguintes matérias: Requerimentos: Enviando Votos de Congratulação: 478, 479, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489 e 490/2017 – Sílvio Coelho Neto; 491/2017 – Alexandre Valdo Maitan; 480/2017 – Sebastião Gomes (Requer da Secretária de Saúde, Luciara Botelho, esclarecimentos e informações sobre quais são as demandas reprimidas dessa pasta e quantos estão na fila de espera por esses atendimentos); 492/2017 - Delandi Pereira Macedo (Solicita que o presidente da FAMMOPOCI, Sr. Ronaldo Xavier, lhe informe o seguinte: nome de todas as associações de bairros de Cachoeiro, diretoria das mesmas, data em que foi feita a última eleição de cada uma delas e qual o período de validade de cada diretoria eleita); 494/2017 -Allan Albert Lourenço Ferreira (Requer cessão das dependências legislativas para o dia 06/07/2017, de 18:30 às 21:30 horas); **495/2017 – Sebastião Gomes** (Cede seu tempo de dez minutos na sessão do dia 04/07/2017 à professora Cleite Kelly Tirello Fernandes Siloti); Projetos de Decreto Legislativo: concedendo Título de Empresário Presente do Ano: 187/2017 - Renata Sabra Baião Fiório Nascimento, 189/2017 - Delandi Pereira Macedo e

"Feliz a nação cujo Deus é o Senhor"



194/2017 – Sebastião Gomes; concedendo Título de Cidadania Cachoeirense: 188/2017 – Delandi Pereira Macedo; concedendo Comenda Camilo Cola: 193/2017 – Alexandre Bastos				
Rodrigues; concedendo Título de Cidadão Benemérito: 192/2017 — Mesa Diretora; concedendo Medalha Professor Deusdedith Baptista: 190 e 191/2017 — Mesa Diretora. / Alexandre Bastos	19			
Rodrigues (Presidente): — Comunica que, através da Portaria 186/2017, está mudado o horário da Câmara Municipal toda primeira terça-feira do mês para de 8:00 às 14:00 horas e				
das 14:00 às 20:00, podendo haver prorrogação. Informa ainda que no dia 27/06/2017, data da sessão solene da festa da cidade, o Legislativo funcionará de 7:00 às 13:00 horas. Finaliza				
convidando a todos para participarem amanhã, no plenário da Casa, a partir das 13:30 horas, da reunião com a ASCANES envolvendo os presidentes das Câmaras Municipais da Região Sul. /				
E nada mais a ser tratado, damos por encerrada a presente sessão, da qual nós, Ana Rita Sanches Rodrigues Silva, Dilena Cláudia Tessinari Modesto Lucas e Rosemere Duarte Biazatti,				
Redatoras de Atas, lavramos após redigi-la.				
"Feliz a nação cujo Deus é o Senhor"	"Feliz a nação cujo Deus é o Senhor"			



a março do Mil	ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	